CAFÉ

A tentativa do **IBC** *de elevar os preços externos com base na provável escassez, no Brasil, acabou incentivando aumentos nos preços internos e não obteve os resultados pretendidos no mercado internacional. Dever-se-á adotar uma política de preços realista, nas exportações.*

No início do ano, numa primeira avaliação da safra, o **IBC** estimou que seria colhido o equivalente a pouco mais de 16 milhões de sacas de café beneficiado. Estimativa semelhante fora feita pelo **Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA)**. Desta forma, a produção seria 51% menor do que a de 1985 (32,6 milhões de sacas), considerada excepcional, dado que em cada um dos últimos seis anos foram produzidas cerca de 23 milhões de sacas, em média. A partir de então, informações davam conta de que o café em início de colheita apresentava rendimento menor do que o habitual e as autoridades governamentais passaram a anunciar que a safra seria tão-somente de 14,7 milhões de sacas.

Baseado na premissa de que se estava delineando um quadro de escassez, que seria irremediavelmente agravado com a ocorrência de geadas nas principais regiões produtoras do país durante o inverno, o **IBC** baixou algumas normas para reter o café internamente, no segundo trimestre (para conhecer detalhes sobre essas medidas e dados de estoque, ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 5, maio de 1986) e manteve o preço mínimo de registro de exportação do café de melhor qualidade acima dos preços dos principais concorrentes (o café **tipo 6** teve o preço mínimo fixado em US$ 2,86/libra-peso).

Enquanto, no Brasil, crescia a desconfiança de que as conseqüências nefastas da seca do final do ano passado, e do início deste, eram ainda mais graves do que se previa (noticiava-se que a produção não atingiria 14,7 milhões de sacas), justificando a exigência de preços elevados para os cafés brasileiros (ver Quadro 26), os importadores pareciam indiferentes. Reduziram progressivamente as compras do café brasileiro e passaram a comprar o dos demais países produtores. Até mesmo o aumento das exportações brasileiras, usuais durante a época que antecede o período de possibilidade de ocorrência de geadas na região Sul do país, não ocorreu desta vez.

As quantidades mensais exportadas até junho foram bem inferiores às do mesmo período do ano passado (ver Quadro 27). Na média, foram exportados, nos seis primeiros meses, menos 42% relativamente ao primeiro semestre de 1985. Apenas em fevereiro e março, as reduções foram menores (22% e17%, respectivamente), mas,a partir de abril, a queda superou 55%. Este movimento de baixa foi a resposta dada pelos importadores ao aumento de preços, que, na média de 57%, nos três meses, passou a 88% no trimestre seguinte.

A princípio, poder-se-ia dizer que a política do governo federal, de tirar partido da atual pequena safra para conseguir maiores preços nas exportações, foi bem sucedida, de forma que, na média do semestre, a receita das exportações aumentou 4%. Na realidade, os preços a que foram efetivamente comercializadas as sacas do café, na grande maioria das operações, foram inferiores aos do registro oficial, tendo sido a diferença remetida aos importadores no conhecido mecanismo de **câmbio português.**

No final do primeiro semestre, haviam sido exportadas pouco mais de 5,5 milhões de sacas de 60 kg (café verde e solúvel) com média mensal de pouco mais de 900 mil sacas. A meta inicial de se chegar ao final do ano com exportações de 14 milhões de sacas (perto de 1,2 milhão de sacas mensais) está cada vez mais difícil de ser

QUADRO 26 – CAFÉ – INDICATIVOS MÉDIOS MENSAIS DA OIC – 1986
(US¢/libra-peso)

MÊS	COLOMBIANOS	OUTROS SUAVES	BRASILEIROS E OUTROS	ROBUSTA
Jan	263,77	235,20	303,42	172,22
Fev	248,24	226,52	276,26	163,32
Mar	252,93	237,62	286,68	169,79
Abr	241,95	224,07	288,55	157,53
Mai	237,45	208,74	280,24	142,56
Jun	215,44	174,54	229,10	125,79
Jul	191,36	170,63	183,40	126,42
Ago	194,05	172,23	190,43	135,17

FONTE – Complete Coffee Coverage – janeiro a agosto de 1986.

QUADRO 27 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ (VERDE + SOLÚVEL) – 1985 E 1986

MÊS	ANO DE 1985			ANO DE 1986			VARIAÇÃO %		
	Quantidade (Sc/60 kg)	Valor (mil US$)	Preço (US$/sc)	Quantidade (Sc/60 kg)	Valor (mil US$)	Preço (US$/sc)	Quantidade	Valor	Preço
Jan	1.012.304	142.105	140,4	548.558	95.878	174,8	–46	–33	25
Fev	1.402.328	226.574	161,6	1.090.840	294.619	270,1	–22	30	67
Mar	1.941.838	321.562	165,6	1.607.410	475.056	295,5	–17	48	78
Abr	1.734.189	270.276	155,8	875.375	250.753	286,5	–50	– 7	84
Mai	1.900.765	269.826	142,0	783.141	220.309	281,3	–59	–18	98
Jun	1.590.612	201.410	126,6	647.000	150.000	231,8	–59	–26	83
MÉDIA	1.597.006	238.625	148,7	925.387	247.769	256,7	–42	4	73

FONTE – IBC.

alcançada. Serão necessárias exportações médias mensais de 1,4 milhão de sacas no segundo semestre, para se atingir aquele objetivo.

No **IBC**, já se admite que a meta não será atingida, mas a isto não se dá maior importância, alegando-se que há mesmo pouca quantidade de café disponível e que as vendas reduzidas seriam compatíveis com a conjuntura de escassez.

O fato é que se chega ao final do inverno sem que se tenha notícias de nenhuma geada ou nova seca, que castigariam ainda mais os cafezais e comprometeriam irremediavelmente a safra **1987/88**, mas contribuiriam para elevar as cotações já no presente ano.

A **Bolsa de Nova Iorque** registrou, no primeiro semestre, a tendência de queda nas cotações do café (ver Gráfico 09). Para os seis meses seguintes, espera-se a volta dos tradicionais importadores de café brasileiro, uma vez que os grandes estoques em poder dos torrefadores estrangeiros, formados no final do ano passado devido às grandes exportações brasileiras na ocasião (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 5, maio de **1986**), já deverão ter sido largamente consumidos. Além disso, o final do verão no Hemisfério Norte é mais um fator de aumento da demanda.

A dificuldade nas exportações levou o governo federal a admitir, no final do semestre, que somente a volta a preços mais realistas traria a **normalidade** às exportações. A primeira medida do **IBC** neste sentido consistiu em dar ao importador que tivesse cumprido o compromisso de compras no primeiro trimestre, uma garantia contra a queda de preço, ou seja, uma devolução até o limite de US¢ 15/libra-peso, para eventuais quedas das cotações que ocorressem entre o dia de embarque no **Brasil** e o da chegada do café no destino. Na prática, nada disto ocorreu, uma vez que os descontos concedidos através de contratos de fornecimento já estavam no seu limite máximo, que corresponde ao **Imposto de Exportação**. O acréscimo de desconto não somou nenhuma vantagem aos importadores, que deles se beneficiaram.

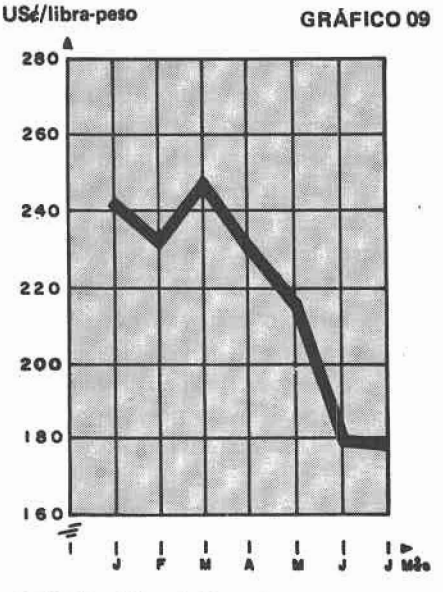
Um passo mais importante foi dado logo a seguir, pelo governo, com a instituição do **reintegro**. Como os preços oficiais de exportação exigidos pelo **IBC** mantiveram-se acima dos de mercado, grande parte das vendas brasileiras era feita através do **câmbio português**. Entretanto, essa operação freqüentemente se torna bastante onerosa para o exportador, pois não só os dólares devolvidos são adquiridos no mercado paralelo como há impostos a pagar sobre o preço de registro, acima do preço efetivo de venda.

A diferença entre o preço de exportação, já considerados o desconto contratual (este limitado ao **Imposto de Exportação**) e o preço de mercado, que era o valor do **câmbio português**, passou a poder aparecer formalmente nos registros de venda, com o nome de **reintegro**. Esta foi a forma conciliatória encontrada pelo governo para permitir a comercialização aos preços de mercado, sem ter que abrir mão formalmente, do elevado preço oficial de exportação.

Ainda no mês de junho, o **IBC** decidiu finalmente alterar o preço mínimo de registro para torná-lo mais realista. Não se teria, a partir de então, um preço fixo e, sim, um preço diário igual à média móvel das cotações dos últimos

CAFÉ – MÉDIA MENSAL DAS COTAÇÕES DIÁRIAS NA BOLSA DE NOVA IORQUE JANEIRO A JULHO DE 1986
USc/libra-peso

GRÁFICO 09



FONTE – Bolsa de Nova Iorque.

cinco dias a contar da antevéspera dos indicativos calculados pela **Organização Internacional do Café (OIC)**, para o produto brasileiro. Os descontos dados também deixaram de existir com a supressão dos contratos de fornecimento. Essas duas medidas modificaram fundamentalmente a política artificial de exportação desenvolvida nos últimos anos, fixando preços acima do de mercado e, depois, tentando devolver a diferença, através de descontos estabelecidos nos contratos.

Na época em que a nova sistemática de cálculo foi adotada, como as cotações vinham em declínio, os preços diários das exportações brasileiras ficavam acima do preço de mercado (por ser a média móvel), embora a diferença passasse a ser menor do que antes. Se, por exemplo, os indicativos do café brasileiro (que refletem o preço de mercado deste café) dos cinco dias a serem considerados fossem US$2,45; US$ 1,90; US$ 1,80; US$ 1,80 e US$ 1,76 por libra-peso, como ocorreu entre os dias 23 e 27 de junho, a média de US$ 1,94 seria o preço oficial de exportação do café brasileiro a vigorar dois dias após. Uma vez que indicativos continuaram em ligeira tendência de queda, o preço mínimo de registro de US$1,94 foi superior à verdadeira cotação do café brasileiro de US$ 1,78 dois dias depois, embora tivesse seguido mais de perto a cotação do mercado. Para o governo, a vantagem estava na cobrança do **Imposto de Exportação** sobre um preço mais elevado, além do maior ingresso de divisas.

Em julho, quando os indicativos da **OIC** se elevaram, nova mudança foi introduzida. Se, pela fórmula anterior, havia retardamento na queda dos preços brasileiros, em relação ao indicativo do dia considerado, quando a tendência das cotações era declinante, ocorria o mesmo atraso no caso de elevações; ou seja, os preços ditados pela média dos cinco dias ficavam sempre inferiores ao preço de mercado, inversamente à situação anterior. Sempre na intenção de escolher a maior cotação possível para determinar o preço de registro de exportação, o **IBC** alterou o mecanismo de cálculo quando os preços de mercado começaram a subir. O preço móvel foi mantido, mas passou a ser tão-somente o indicativo da antevéspera. Mesmo que o preço final de exportação ainda não seja igual à verdadeira cotação do dia considerado, esta nova forma de determinação de preço ficou bastante próxima da realidade, seguindo ainda mais de perto as variações do mercado, dando competitividade ao café brasileiro.

As maiores dificuldades dos exportadores no início do segundo semestre passaram a ser as elevações dos preços internamente (ver Gráfico 10). A perspectiva de se ter uma safra menor (que acabou sendo avaliada em 11,2 milhões de sacas de café beneficiado em agosto) tem deixado o mercado interno bem **arisco**, pois qualquer procura maior dos exportadores, derivada da procura dos importadores, estimula as bruscas elevações das cotações no interior. Como tais aumentos não podem ser repassados aos importadores, ocorre uma interrupção nas exportações, retomadas logo que os preços internos cedem. Tal situação, no entanto, tem breve duração, pois a escalada ascendente recomeça assim que os exportadores voltam a procurar café. Os torrefadores internos também alegam que os preços mais altos, acima de Cz$ 2,75 mil a saca de 60 kg (na **Bolsa de Mercadorias de São Paulo**, em julho, a saca teve cotação média de Cz$ 2,99 mil) inviabilizam a manutenção dos preços no varejo do pó de café a Cz$ 92,00 o quilo, conforme o tabelamento do governo.

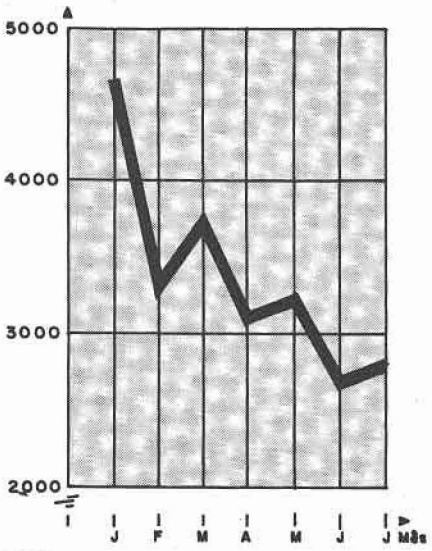
A tentativa do **IBC** de elevar os preços externos em nome da provável escassez de café no país, acabou por incentivar bem mais os aumentos dos preços internos e não obteve os resultados pretendidos no mercado internacional.

As recentes notícias de importação de 1,5 milhão de sacas de café, pelo Brasil, mostram que o governo pretende atuar no mesmo sentido de incentivar a elevação dos preços externos, já que será retirada parte do produto ofertado no mercado internacional. Por outro lado, este café se destina basicamente aos torrefadores internos, a um preço tal que permitirá a manutenção dos preços do pó no varejo, ao mesmo tempo que se tenta, com esta atitude, firmar a idéia da veracidade da discutível escassez de café.

Para o segundo semestre, será muito importante que o governo mantenha a política de preços realistas nas exportações para se tentar o máximo de vendas, não só para que se obtenha o máximo de divisas, como também para não se deixar avolumar uma quantidade de café que será mais um fator depressivo de preços. Se no primeiro semestre não foi exportado o que o governo pretendia (houve uma diferença de 1,7 milhão de sacas), fica cada vez mais difícil evocar-se a escassez de café para a sustentação dos preços. A segunda parte do ano, entretanto, caracteriza-se pela maior procura dos importadores e a chance de reativação das vendas é bem maior.

CAFÉ – COTAÇÃO NA BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO JANEIRO A JULHO DE 1986
Cz$/60 kg

GRÁFICO 10



FONTE – Bolsa de Mercadorias de São Paulo.